

**Prefeitura Municipal de Porto Nacional - TO**  
**CASA CIVIL**

Avenida Murilo Braga n.º 1.887, Centro, Porto Nacional - TO - CEP: 77.500 - 000.  
(63) 3363.6000 - e-mail: [proporto@gmail.com](mailto:proporto@gmail.com)

---

**LEI N.º 2.543, DE 04 DE JULHO DE 2.022.**

*“Altera a Lei nº 2.440/2019 estabelecendo a obrigatoriedade de colocação de placas informativas em obras Públicas Municipais paralisadas, contendo a exposição dos motivos da paralisação, e dá outras providências.”*

Eu, **PREFEITO DE PORTO NACIONAL**, faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica criado os artigos abaixo que farão parte da Lei nº 2.440 de 02 de outubro de 2019:

***Art. 5º** - É obrigatória a colocação de placas informativas em obras Públicas Municipais paralisadas, contendo a exposição dos motivos da paralização.*

***Parágrafo 1** – Para os efeitos desta Lei, considera-se obra paralisada aquela com atividades suspensas por mais de 30 (trinta) dias.*

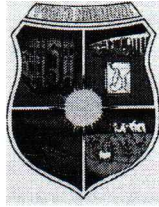
***Parágrafo 2** – As placas informativas que se refere esta Lei deverão conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:*

*I – Nome, endereço e telefone do Órgão Público responsável e/ou da empresa contratada para a obra.*

*II – Exposição dos motivos da paralização da obra.*

*III – Prazo da paralização e/ou prazo de retomada dos trabalhos.*

***Art. 6º** - As placas informativas que se trata esta Lei deverão ser confeccionadas com tamanho mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetro) de altura por 3,00m (três metros) de largura, padronizada com as cores oficiais do Município de Porto Nacional/TO, bem como serem fixadas em local de fácil visibilidade, devendo encontrar-se em perfeito estado de conservação durante todo o tempo de paralização da obra.*



**Prefeitura Municipal de Porto Nacional - TO**  
**CASA CIVIL**

Avenida Murilo Braga n.º 1.887, Centro, Porto Nacional - TO - CEP: 77.500 - 000.  
(63) 3363.6000 - e-mail: [proporto@gmail.com](mailto:proporto@gmail.com)

---

**Art. 7º** - *A instalação das placas informativas de que se trata esta Lei é de incumbência do Órgão Público e/ou empresa responsável pela obra.*

**Parágrafo único** – *Nas placas informativas, não poderão constar nomes, símbolos, marcas de qualquer natureza ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, sob pena de aplicação de responsabilidades e penalidades previstas em Lei.*

**Art. 8º** - *Caso o responsável pela paralização da obra não tenha afixado a placa informativa a qual se refere esta Lei ou a tenha colocado desrespeitando as normas aqui previstas, será notificado pelo órgão competente, para colocá-la ou retificá-la dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a serem contados a partir do dia da data de recebimento da notificação.*

**Art. 9º** - *Ultrapassado o prazo de paralização de que se trata o art. 1º parágrafo 1 desta Lei, o Órgão Público e/ou empresa responsável pela obra deverá remeter à Câmara Municipal de vereadores deste Município relatório detalhado justificando os motivos da paralização da obra, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a serem contados a partir do dia seguinte ao vencimento do prazo de paralização.*

**Art. 2º** - Fica alterada a nomenclatura do artigo 5º da Lei 2440/2019 para artigo nº 10.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor no prazo de 30 (trinta) dias, a serem contados a partir da data de sua publicação.

**Art. 4º** - Esta Lei revoga todas as disposições ao contrário.

**PALÁCIO TOCANTINS, GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL, Estado do Tocantins, aos 04 dias do mês de julho do ano de 2.022.**

RONIVON MACIEL GAMA

**Prefeito Municipal**